



Anais da Assembléia

Avulso CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

PROPOSIÇÃO Nº 102/94

MENSAGEM Nº 140/94

Curitiba, 31.10.94.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional visando alterar a redação do § 3º, do art. 125, daquela Carta.

O dispositivo que se propõe seja alterado dispõe sobre vedação, aos Procuradores do Estado, da advocacia fora das funções institucionais, assim como da percepção de honorários, decorrentes da sucumbência, nas causas em que o Estado do Paraná é vencedor. Esta modificação do texto constitucional deve-se ao fato de que, com o advento da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), os incisos I e II, do já mencionado § 3º, do art. 125, perderam eficácia e, portanto, não mais se justifica serem eles mantidos. Sob essa ótica e com base nos anexos pareceres dos Senhores Procuradores do Estado, Doutores Clêmer Merlino Clêve e José Anacleto Abduch Santos, a Procuradoria Geral do Estado, através de expediente a mim dirigido (Of. 210/94-PGE-Prot.1.957.720-1), considera oportuna e necessária a proposição em causa.

Assim, entendo que, para solução do assunto, essa Casa poderá aprovar e promulgar Emenda Constitucional do seguinte teor, dando nova redação ao § 3º do art. 125, com supressão de seus incisos:

"Art. 1º - Suprimidos seus incisos, o § 3º, do art. 125, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - É vedado aos Procuradores do Estado o exercício de qualquer outra função pública, exceto o magistério."

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa a ora formulada proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Sra. Dra. Procuradora-Geral:

A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná encaminhou expediente solicitando, com fundamento em dispositivo do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei Federal nº 8906, de 04.07.94), sejam tomadas as providências necessárias para o recolhimento, em favor dos Procura-

dores de Estado, dos honorários de sucumbência.

O expediente vem acompanhado de manifestação opinativa de autoria do diligente Procurador do Estado José Anacleto Abduch Santos, bem como de artigo publicado recentemente em jornal de circulação diária de nossa Capital, escrito pelo consagrado jurista Dr. Heron Arzuza, que se encontra, atualmente, exercendo o honroso cargo de Secretário da Fazenda de nosso Estado. Os argumentos desenvolvidos nos dois são suficientes para demonstrar a legitimidade da pretensão deduzida pela Associação dos Procuradores do Estado do Paraná.

A questão que se coloca é apenas uma: a quem pertencem os honorários de sucumbência. Ao Estado do Paraná ou aos Procuradores de Estado?

A esse propósito dispõe a Constituição Estadual. Com efeito, a Lei Fundamental do Paraná, no art. 125, § 3º, item II, veda aos Procuradores a percepção de honorários decorrentes da sucumbência, os quais serão recolhidos ao Estado, como renda eventual, à conta da Procuradoria-Geral do Estado, para seu aperfeiçoamento, o de seus integrantes e o de seus equipamentos. Por outro lado, o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil especifica que os honorários pertencem aos advogados (art. 23). Estabelece mais (art. 24, § 3º) que é "nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência".

Importa ter em conta qual diploma se aplica à situação dos Procuradores: - se o primeiro (a Constituição Estadual) ou o segundo (o Estatuto da advocacia). As normas contrastantes (antinômicas) inseridas nos dois textos normativos não podem ser válidas ao mesmo tempo. Constituindo o direito um sistema coerente, parece evidente que os conflitos de normas devem ser resolvidos por algum critério válido (tempo, hierarquia, etc).

No presente caso, tratando-se de diplomas provenientes de Coletividades Políticas distintas (Estado-membro e União, respectivamente), cumpre verificar a qual delas o Constituinte deferiu a competência para legislar sobre a matéria.

Ninguém desconhece que os Estados-membros podem se auto-organizar por meio de suas próprias Constituições. O Poder Constituinte decorrente atribuído aos Estados-membros comporta, porém, limites. Não pode, evidentemente, a Coletividade Estadual, inscrever em sua Constituição norma tratando de matéria que não integra o feixe de competências estaduais autorizado pelo Constituinte Originário. O Estado legisla, inclusive quando elabora a sua Constituição, atendendo os limites defini-

dos na Lei Fundamental da República.

Ora, a Constituição atual adotou um critério complexo de distribuição de competências entre os Entes que integram a Federação brasileira. Do modelo americano, adotado em 1891, o direito constitucional brasileiro transitou para um modelo misto, que acumula também algumas vertentes da experiência alemã (Lei Fundamental de Bonn). Todavia, salvo as matérias de competência privativa da União, daquelas de competência exclusivamente local (Município), das demais de competência comum e concorrente, o universo residual cabe aos Estados-membros (art. 25 da Constituição Federal).

Pode e deve (poder-dever: função) o Estado legislar sobre matéria administrativa, especialmente sobre o regime jurídico de seus funcionários (observadas as normas de pré-ordenação definidas na Lei Fundamental da República), inclusive sobre os Procuradores de Estado. Tratando-se, porém, os Procuradores de Estado de advogados, estes profissionais subordinam-se também à legislação federal (como de resto igualmente os médicos, odontólogos, etc. do serviço público). Isto porque a Constituição Federal atribuiu à União competência privativa para legislar sobre "condições para o exercício das profissões". Impende verificar, então, até onde podem ir os legisladores estadual (seja Constituinte ou ordinário) e federal.

Certamente o Constituinte do Paraná, no instante em que inscreveu na Magna Carta Estadual o art. 125, II, imaginou que estava disciplinando matéria de sua competência (competência residual, remanescente ou reservada). O Constituinte naquele momento certamente não se deu conta de que, com a Constituição Federal de 1988, o dispositivo que dava à União competência para legislar sobre o exercício das profissões assumia nova redação que lhe outorgava sentido absolutamente novo. Ou seja, a competência legislativa da União em relação à matéria se fez ampliar com a promulgação da nova Lei Fundamental.

Atente-se para a evolução da competência da União nesse território. A Constituição de 1934 (art. 133, Inc. XIII) dispunha que era "livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecer, ditadas pelo interesse público". Em 1937, o art. 122, inciso 8, permitia o exercício de qualquer profissão, "observadas as condições de capacidade e as restrições impostas pelo bem público, na forma da lei". A Constituição de 1946 (art. 141, § 14) facultava a todos o "livre exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer". O princípio foi man-

tido na Constituição de 1967, inclusive com a Emenda nº 1, de 1969. O inciso XVI do art. 22 da Constituição de 1988 altera o sentido e a redação do disposto na letra "r" do inciso XVII do art. 8º da Emenda Constitucional nº 1/69 que assim dispunha: "r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas".

Com esta sorte de redação, no contexto da vigência da Constituição anterior, ficava a União autorizada, apenas, a legislar sobre as condições de capacidade para o exercício das profissões. Nada mais. Bem por isso, certo autor, (José Celso de Mello Filho. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 82) anotou, com inteira pertinência, que:

"A competência legislativa da União resume-se à fixação de condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas. Atividades profissionais, que não se revistam de caráter liberal ou técnico-científico, só podem ser disciplinadas pelos Estados-Membros, no desempenho de sua competência legislativa residual ou remanescente (CF, art. 13, § 1º). A regulamentação do exercício de atividade profissional, em lei ordinária, deve ater-se, exclusivamente, ao estabelecimento dos requisitos de capacidade para o seu desempenho".

Acrescente-se isso ao fato de que o antigo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, redigido sob o influxo de uma visão liberal da profissão do advogado, visão esta desmentida pelos anos subsequentes, não cuidava claramente das figuras do advogado-empregado e do advogado-funcionário do setor público. Se era assim, no contexto da Constituição Federal anterior, era natural que, com base em sua competência residual, pudesse o Estado dispor sobre os honorários advocatícios, se pertencentes a ele ou ao advogado.

Tanto não poderia ocorrer, porém, na contextura da nova Constituição Federal. Esta, com efeito, confere à União competência para legislar privativamente sobre "organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício das profissões". Perceba-se a dicção ampla e abrangente: "condições para o exercício das profissões". Compare-se a dicção da nova Lei Fundamental com aquela inscrita na Constituição Federal revogada: "condições de capacidade para o exercício das profissões...". Se antes a União podia legislar apenas sobre os pressupostos de capacidade para o exercício das profissões, hoje pode legislar sobre todas as condições (não apenas relacionadas à capacitação) para o exercício das profissões.

A locução "condições de capacidade" refere-se exclusivamente ao problema dos

pressupostos de formação e de capacitação para o exercício de determinada atividade. A locução "condições para o exercício", porém, sem qualquer qualificação específica assume, para além do pressuposto da capacitação, um sentido genérico de regulação de uma classe ou categoria, de definição de uma situação profissional, de delimitação de um território de atividade, bem como de ordenação de um regime jurídico para esta ou aquela profissão.

Não há dúvida, portanto, que pode a União perfeitamente, com fundamento nesse dispositivo constitucional, legislar amplamente sobre o regime jurídico da profissão do advogado, inclusive tratando sobre a questão dos honorários até para efeito de atribuí-los ao profissional e não ao empregador (seja do setor público ou privado). O disposto, quanto à problemática dos honorários, no novo Estatuto da Ordem dos Advogados é, então, claramente constitucional.

Quanto ao art. 125, II, da Constituição Estadual, cumpre tecer alguns comentários. Promulgada a Constituição Federal de 1988, foi recepcionado o antigo Estatuto da advocacia que, como já referido, não dispunha claramente sobre a quem tocavam os honorários advocatícios, e, ademais, pautado sobre uma perspectiva liberal da profissão de advogado, pouco cuidava do advogado, pouco cuidava do advogado-servidor público.

Foi na circunstância desse relativo vazio normativo que o Constituinte paranaense certamente desejou, exasperado as fronteiras do que supunha tratar-se de sua competência residual, atribuir ao Estado, e não ao Procurador, a percepção dos honorários de sucumbência. Como não havia norma federal tratando de modo inequívoco a respeito, o dispositivo da Constituição Estadual jamais foi impugnado, tendo sido aplicado até agora. Embora inconstitucional, sua permanência (até hoje) deveu-se, provavelmente, à observância, pelos Procuradores de Estado, do princípio segundo o qual, na dúvida toma-se a lei por constitucional ou, ainda, porque procurou-se até aqui salvar o dispositivo por meio da técnica designada pela doutrina como "interpretação conforme" (Ernst Friesenhahn. *La giurisdizione costituzionale nella Repubblica Federale Tedesca*. Milano: Giuffrè, 1973, p. 92 e Eduardo García de Enterría. *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1991, p. 95).

Ora, o princípio e a técnica referidos, pelos quais os operadores jurídicos procuram, às vezes desesperadamente, salvar uma lei sobre a qual pairam dúvidas à legitimidade, são inaplicáveis para a solução do caso em análise após a promulga-

ção, pela União, do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Definida agora (e por quem poderia, à luz do Texto Constitucional Federal, fazê-lo), a problemática dos honorários, inclusive de modo a desautorizar o disposto no art. 125, II, da Constituição Estadual, não pode restar a menor dúvida sobre o vício de inconstitucionalidade que macula irremediavelmente a norma constitucional estadual em questão.

Com o novo Estatuto da OAB não pode mais, portanto, ser aplicado por inconstitucional o disposto no art. 125, II, da Constituição Estadual.

Cumprido ao Poder Público do Estado-membro, por meio da autoridade competente, determinar as providências para que, de modo imediato, possam os Procuradores passar a perceber os honorários de sucumbência, na forma determinada pela Lei Federal.

O disposto no art. 125, II, não merece aplicação. Trata-se de norma nula e írrita, posto que inconstitucional. E por ser inconstitucional deve o Poder Público deixar de aplicá-la (RTJ, 2:386, 3:760 e 41:669; RDA, 140:49; RT, 384:91). Afinal, como dispõe o art. 23, I, configura competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "zelar pela guarda da Constituição...". Trata-se de aplicar, sim, quanto aos honorários, inclusive sob pena de censura judicial, o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O imediato cumprimento do disposto no Estatuto da advocacia independe, evidentemente, de qualquer alteração formal ao texto da Constituição Estadual. Afinal, ocorrente conflito de normas, trata-se para o intérprete de, fazendo uso dos critérios de solução oferecidos pelo sistema jurídico, dizer qual delas é válida, merecendo aplicação. Todavia, não parece ser aconselhável manter no discurso constitucional um texto normativo nulificado e despido de eficácia. Bem por isso, seria prudente provocar a atuação do Poder de Reforma Constitucional para o fim de (I) revogar o disposto no art. 125, II da Constituição Estadual ou, então, para (II) adequá-lo ao especificado na Lei Federal.

Independente disto, porém, reitere-se, deve ser desde logo cumprido, através das providências que cabe à autoridade competente determinar, o especificado quanto aos honorários pela legislação federal.

Este é o parecer, s.m.j..

Curitiba, 15.09.94

(a) CLEMERSON MERLIN CLÉVE
Procurador do Estado

**OS EFEITOS DA LEI FEDERAL Nº 8906/94 NA
CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ**

Prende-se a análise que segue à necessidade da avaliação dos efeitos da Lei nº 8906/94, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, na disciplina da carreira de Procurador do Estado do Paraná, em especial no tocante à percepção de honorários de sucumbência e à vedação da advocacia fora das funções institucionais.

Dispõe o artigo 125, § 3º, I e II, da Constituição Estadual, verbis:

Art. 125 - (...)

§ 3º - É vedado aos Procuradores do Estado:

I - exercer a advocacia fora das funções institucionais;

II - perceber honorários decorrentes da sucumbência, os quais serão recolhidos ao Estado, como renda eventual, à conta da Procuradoria Geral do Estado, para seu aperfeiçoamento, o de seus integrantes, e o de seus equipamentos;

O texto constitucional do Estado, embora no âmbito deste inegavelmente assumam roupagem de lei maior, fundamento de validade da legislação hierarquicamente inferior, subordina-se, (como soi acontecer no sistema constitucional de qualquer Estado Federativo) às prescrições da Constituição Federal. Qualquer dispositivo da Constituição Estadual em desacordo com esta assertiva é eivado de inconstitucionalidade. Esta, no entender da doutrina dominante pode se dar formal ou materialmente. Da inconstitucionalidade material não nos ocuparemos, visto que não é deste mal que padece o referido dispositivo.

Inconstitucionalidade formal: nela estará incursa toda a lei que violar dispositivos constitucionais relativos à sua elaboração e vigência, ou no que estabelecer a competência do órgão que a emana (in Curso de Direito Constitucional - Meirelles Teixeira, pág. 385). A inconstitucional formal pode resultar pela violação do preceito constitucional que estabelece a competência legislativa.

Adotou o sistema constitucional pátrio o princípio da predominância do interesse para nortear a repartição de competência entre entes federados, cabendo à União, em decorrência deste princípio as matérias e questões de interesse geral, nacional; aos Estados as matérias de interesse regional, e aos municípios aquelas de interesse local. Nesta liça, o nosso sistema constitucional adotou como técnica de repartição de competência, o de enumeração dos poderes da União, com poderes remanescentes para os Estados e poderes definidos indicativamente para os municípios, combinando esta reserva de campos com a possibilida-

de de delegação, áreas comuns e setores concorrentes (Curso de Direito Constitucional Positivo - José Afonso da Silva - pág. 413). A competência legislativa, como se depreende do texto constitucional (federal) subdivide-se em exclusiva, privativa, concorrente e suplementar.

A esfera de competência privativa da União (aquela enumerada como própria de uma entidade, com a possibilidade de delegação) enumera-a o artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Ressalva ainda no mesmo artigo, no parágrafo único que Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Logo, em tratando-se (o artigo 22) de rol elencado a competência legislativa privativa da União, e ressalvada a possibilidade de delegação, os demais entes federados tão somente poderão legislar sobre as matérias apontadas mediante autorização manifesta através de lei complementar.

A matéria relativa a honorários de sucumbência é processual, e vinha elencada no Código de Processo Civil (art. 20 e seguintes até o advento da Lei nº 8906 de 05 de julho de 1994, que instituiu o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. No tocante aos honorários de sucumbência, prescreve:

Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

Art. 23 - Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Art. 24 - (...)

§ 3º - É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.

Os dispositivos da Lei nº 8906/94 acima citados vêm dissipar qualquer questão

relativa aos honorários de sucumbência: em qualquer circunstância ou situação, independente de disposição legal ou convencional anterior são do advogado os honorários devidos em razão da sucumbência. Avança mais ainda o dispositivo do § 3º do artigo 24, para decretar a nulidade de qualquer disposição anterior em contrário, seja qual for sua natureza jurídica (ressalvada obviamente a de natureza constitucional federal, que inexiste in casu).

Portanto, quando a Constituição do Estado do Paraná impõe a vedação ao Procurador do Estado à percepção de honorários de sucumbência, o faz invadindo a esfera de competência privativa da União, ao dispor sobre matéria de direito processual, caracterizando objetivamente a inconstitucionalidade formal desta disposição. Há que se ressaltar que inexiste em favor do Estado do Paraná, lei complementar delegando-lhe tal competência, conforme exige a Constituição Federal.

Por igual fundamento, pode-se apontar vício de inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição Estadual que veda a percepção de honorários de sucumbência e o exercício da advocacia fora das funções institucionais, por tratar este dispositivo de matéria relativa ao exercício de profissão.

O Procurador do Estado, seja pela natureza e especificidade de suas atribuições e funções, seja pelo fato de que é pressuposto para o exercício destas a inscrição no seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, é advogado. O fato de que o Procurador do Estado é advogado, remete à União Federal a competência (privativa) para legislar sobre aspectos intrínsecos à profissão de advogado. As condições para o exercício de profissões somente podem ser estabelecidas pela União (artigo 22, XVI da C.F.). A imposição de vedações, como aquelas do art. 125, § 3º, I e II da Constituição do Estado é, sem qualquer sombra de dúvida, uma condição para o exercício da profissão, restando (repita-se) cristalina a invasão de competência legislativa do Estado-membro.

Ser advogado é pressuposto do cargo de Procurador do Estado e requisito indispensável à nomeação. Portanto, as prerrogativas e impedimentos que lhe podem ser conferidos ou impostos são estritamente aqueles consignados no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

A vedação ao exercício da advocacia imposta pela Carta Constitucional do Estado extrapola a competência legislativa do Estado-membro para impor condição injustificada ao exercício da profissão.

O exercício da advocacia fora das funções institucionais permite o contínuo aprimoramento profissional através da prá-

tica forense, conferindo experiência fundamental para a boa defesa dos interesses do Estado. Desta prática forense pode ficar privado o Procurador se, ad argumentandum, for aprovado em concurso para ingresso na carreira e em seguida lotado em uma procuradoria especializada na qual sua atribuição sejam tão somente processos e pareceres administrativos.

A advocacia (enquanto função essencial à aplicação do direito) é por essência dinâmica, e pode-se, sem temor do erro, afirmar que a experiência na advocacia e a prática forense são fatores preponderantes para o sucesso na lide.

A Lei 8906/94 no capítulo VII, que trata das incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia dispõe expressamente no artigo 30, I, que:

Art. 30 - São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

Ora, ao dispor que o impedimento da advocacia pelo servidor da administração direta (caso do Procurador do Estado) limita-se àquela contra a Fazenda Pública que o remunera, a lei federal taxativamente esgotou a questão, restando óbvia a ineficácia do dispositivo do art. 125, § 3º, da Constituição Estadual por ser formalmente inconstitucional.

Não bastasse o argumento invencível da necessidade de dar cumprimento à Lei 8906/94, emanada de ente competente para impor condições para o exercício de profissões, resta ainda salientar que, se o benefício da permissão da advocacia fora das funções institucionais resta evidente, não há qualquer fundamento que justifique a vedação, sendo perfeitamente compatível (pela própria natureza da função de procurador, que é primordialmente de advogado) a advocacia privada com a função de Procurador do Estado, dentro dos limites estabelecidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ressalte-se ainda, que inexistirá qualquer ônus ou prejuízo ao Estado do Paraná em caso de retirada da referida vedação à advocacia privada, tanto que atualmente existem Procuradores do Estado aos quais a Constituição de 89 assegurou o direito adquirido à prática da advocacia fora das funções institucionais que se desincumbem de suas atribuições funcionais com maestria, sendo, para dizer o mínimo, indiferente para a instituição o fato de exercerem a advocacia privada.

DA NECESSIDADE DO CUMPRIMENTO DO
ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Quando um ente público legisla sobre matéria não compreendida naquela esfera constitucional de sua competência, mas na de outra categoria de ente público, tal lei estará viciada de inconstitucionalidade (Meirelles Teixeira, Ob. cit. pág. 387).

Resta analisar a inconstitucionalidade de per si, e os seus efeitos no ordenamento jurídico.

No caso em exame, a lei federal expressamente declarou a nulidade de qualquer cláusula ou disposição que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência (art. 24, § 3º já citado). Quando o texto legal utiliza as expressões "cláusula" e "disposição", evidentemente, de acordo com a terminologia técnica, quer se referir a contrato ou norma legal (esta em sentido lato, alcançando pois, as Constituições dos Estados). É de se concluir que a partir da entrada em vigor da Lei 8906/94, a par da inconstitucionalidade já existente em face do ordenamento jurídico anterior (pelas

razões de direito já apontadas), tornou-se ineficaz a disposição do texto constitucional do Estado do Paraná que veda a percepção de honorários de sucumbência por Procurador do Estado.

Da mesma forma, se tem por ineficaz o dispositivo do inciso I, § 3º do art. 125 em face do disposto no artigo 30, da Lei 8906/94, que veda a advocacia fora das funções institucionais.

Inferindo, tem-se pelas razões expostas, que é imperiosa a necessidade de dar integral cumprimento ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, por ser o diploma legal competente para disciplinar as matérias acima referidas.

Embora cristalinas a nulidade e a ineficácia dos supracitados dispositivos constitucionais, sugere-se o encaminhamento de mensagem de emenda constitucional supressiva dos incisos I e II do § 3º do art. 125 da Constituição do Estado, para que formalmente sejam retirados do seu texto, eis que não mais se justifica sua permanência nele.

Curitiba, 13.09.94.

(a) JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS
Procurador do Estado